



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	D. 12 / 06 / 19 97
C	fol. Rubrica

**Processo** : 13637.000226/95-83  
**Sessão** : 19 de março de 1997  
**Acórdão** : 203-02.952  
**Recurso** : 99.330  
**Recorrente** : RAIMUNDA FLORIPES DE SOUZA  
**Recorrida** : DRJ em Juiz de Fora - MG

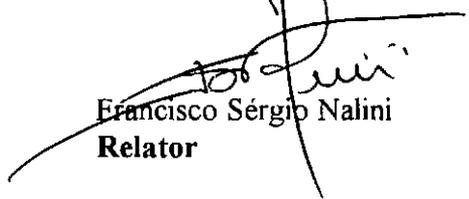
**ITR - VALOR DA TERRA NUA** - Inexistência de prova capaz de infirmar a exigência inserta na notificação. Laudo técnico sem especificidade da propriedade e sem análise comparativa do imóvel objeto do lançamento com outros imóveis circunvizinhos, não se presta como prova do VTN. **Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: RAIMUNDA FLORIPES DE SOUZA.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por maioria de votos, em negar provimento ao recurso.** Vencido o Conselheiro Mauro Wasilewski.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1997

  
Otacilio Dantas Cartaxo  
**Presidente**

  
Francisco Sérgio Nalini  
**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Daniel Corrêa Homem de Carvalho, Sebastião Borges Taquary, Ricardo Leite Rodrigues e Renato Scalco Isquierdo.

eaal/CF



**Processo** : 13637.000226/95-83  
**Acórdão** : 203-02.952

**Recurso** : 99.330  
**Recorrente** : RAIMUNDA FLORIPES DE SOUZA

## RELATÓRIO

O presente processo já foi apreciado por esta Câmara em Sessão de 25 de setembro de 1996, ocasião que, por unanimidade de votos, se decidiu converter o julgamento do recurso em diligência à repartição de origem, via DRJ em Juiz de Fora - MG, para o que segue:

I - que fosse ouvida a EMATER/MG sobre o Parecer de fls. 04 e o Laudo de fls. 22 no sentido de serem, ou não, considerados como oficiais do órgão. Em caso positivo, cabia à mesma esclarecer a discrepância entre seus valores, apesar do lapso entre um e outro ser de apenas nove meses. Caso a responsabilidade fosse apenas do engenheiro agrônomo signatário, deveria a recorrente juntar a comprovação da habilitação do profissional junto ao CREA e a respectiva ART;

II - que a autoridade fazendária se dignasse anexar as DPs de 1992 e 1993 e, ainda, informar:

a) quais os VTN declarados pela contribuinte, em UFIR, e utilizados pela SRF para lançamento do ITR dos exercícios de 1992 e 1993;

b) quais os VTNm utilizados pela SRF (conforme Ato Normativo), em UFIR, para o Município de Piedade do Rio Grande - MG, que prevaleceram sobre os VTN declarados pelos contribuintes, para lançamento do ITR dos exercícios de 1992 e 1993; e

c) qual o VTNm (conforme Ato Normativo), em UFIR, que a SRF utilizou como base para confrontar com o VTN informado pelos contribuintes, para atender ao disposto no artigo 2º da IN/SRF nº 16/95, no município em questão, para lançamento do ITR/94.

Para melhor lembrança do assunto, leio, a seguir, o Relatório de fls. 30 que compõe a mencionada Diligência de nº 203-00.516.

Em atendimento ao solicitado, a Delegacia da Receita em Juiz de Fora-MG juntou os Documentos e Informações de fls. 36 a 46.

É o relatório.



**Processo** : 13637.000226/95-83  
**Acórdão** : 203-02.952

### VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR FRANCISCO SÉRGIO NALINI

Matéria idêntica já foi analisada por esta Eg. Câmara, quando do voto vencedor do iminente Conselheiro Sebastião Borges Taquary, no Recurso de nº 99.331, Processo nº 13637.000220/95-05, do recorrente Raimundo Nonato Teixeira.

Por se tratar de imóvel da mesma região e provido de laudo idêntico, tomo a liberdade de reproduzir o voto do referido relator, pois com ele concordo na íntegra:

“O recorrente sustenta, em sua peça recursal, que houve erro seu, quando do preenchimento da declaração para cadastro e, por consequência, há supervalorização no Valor da Terra Nua mínimo-VTNm, devendo ser retificado esse valor, para aquele indicado no laudo de fls.

Verifico, porém, que esse laudo, juntado pelo recorrente, não se acha revestidos dos requisitos mínimos necessários à sua prestabilidade como contraprova, nos autos, eis que lhe faltam especificidade da propriedade e análise comparativa do imóvel objeto do lançamento com outros imóveis da mesma região.

Com efeito, o laudo trazido à colação só menciona, de forma vaga, dados numéricos e algumas referências sobre situação geográfica; nada mais. Nele, não há referência sobre qualidade do solo, topografia do terreno, presença ou ausência de eletrificação rural, condições de acesso às localidades circunvizinhas.

É certo que o Valor da Terra Nua pode ser alterado, ou revisto, pela autoridade administrativa competente, por força do disposto no art. 3º, parágrafo 4º, da Lei nº 8.847/94. Porém, não menos certo é que essa revisão há de embasar-se em laudo técnico elaborado por entidade ou profissional de reconhecida capacitação técnica e devidamente habilitado, também, mercê do mesmo dispositivo legal.

Então, esse laudo técnico não pode servir como prova, se se apresenta de forma simplista, vazio de dados relevantes e de análise comparativa dos parâmetros versados pelo contribuinte e pelo Fisco. É o que se vê, no laudo de fls. \_\_e, por consequência, ele não se presta como contraprova, no caso em exame.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

**Processo** : 13637.000226/95-83  
**Acórdão** : 203-02.952

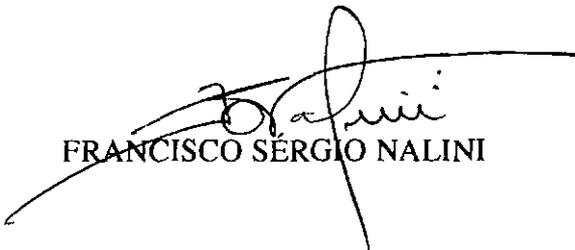
E, à mingua dessa prova capaz de sustentar o recurso e a defesa, considero incensurável a decisão singular, que merece ser confirmada, por seus judiciosos fundamentos.

Por todo o exposto e por tudo mais que dos autos consta, voto no sentido de negar provimento ao recurso voluntário, confirmando, como confirmo, a decisão singular.”

Adotando os termos do referido voto, nego provimento ao recurso.

É o meu voto.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1997



FRANCISCO SÉRGIO NALINI